



Direito Tributário

Aula 03

Competência Tributária

André Portella



Estrutura do Módulo

1. Definição de Competência
2. Competência *versus* Capacidade tributária ativa
3. Características
4. Conflito de competência
5. Classificação da Competência
6. Classificação dos impostos de acordo com a competência



Competência Tributária: Definição

- * **Competência tributária é o poder instituir e extinguir tributo por meio**
- * **Competência tributária é norma de estrutura, de natureza constitucional, com base na qual se outorga a Entes Políticos o poder de instituir, alterar e extinguir tributos, respectivas obrigações e deveres**



Competência e Federalismo

*** Competência tributária é a expressão do Federalismo no âmbito tributário**



Competência e Federalismo

*** A questão da irrevogabilidade:**

a) o Federalismo é cláusula pétrea, não pode ser abolido, sequer por EC

b) Revogar competência equivaleria alterar a composição de forças dos Entes políticos da Federação, na sua expressão tributária



Competência Tributária: Características

- * **Natureza constitucional**
- * **Norma de estrutura, dirigida aos Entes Políticos da Federação**
- * **Indelegável**

CTN, Art. 7º A competência tributária é indelegável...



Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa

- * Competência é o poder de legislar em matéria tributária**
- * Capacidade tributária ativa é a prerrogativa de exigir o pagamento do tributo**



Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa

- * Parafiscalidade: fenômeno pelo qual a capacidade tributária ativa é concedida a sujeito distinto daquele que possui a competência tributária**



	Competência	Capacidade Tributária Ativa
Essência	Poder de legislar	Prerrogativa de exigir
Fonte normativa	Constituição Federal	Lei/LC/MP
Destinatário	Ente político (Poder Legislativo)	Sujeito Ativo da obrigação
Delegação	Indelegável	Delegável
Revogabilidade	Discutível (Federalismo)	Plenamente revogável
Exercício	Pode não ser exercida	Deve ser exercida





Conflito de Competência Tributária

*** Definição: fenômeno pelo qual dois ou mais entes políticos subrogam-se no direito de exercer as suas respectivas competências sobre uma mesma situação**



Conflito de Competência Tributária

*** Resolução do conflito: matéria de LC**

Art. 146. Cabe à lei complementar: I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;



Conflito de Competência Tributária

3. Exemplos comuns de conflito de competência tributária

3.1. IPTU e ITR

3.2. ISS

3.3. ICMS e ISS

3.4. IR



Prova: FCC - 2014 - Câmara Municipal de São Paulo - SP - Procurador Legislativo

O exercício da competência constitucional tributária

- a) somente se delega através de lei específica do ente federado que é competente para a instituição do tributo.
- b) pode ser renunciado pelo ente federado, bem assim delegado por lei a outro ente, desde que por meio de lei complementar.
- c) é atribuído constitucionalmente para os entes federados, suas autarquias e fundações.



d) é atribuído constitucionalmente para os entes federados, que podem delegá-la às suas autarquias e fundações, para os fatos geradores relacionados com suas funções.

e) se manifesta através da criação de leis instituidoras e modificadoras de tributos, bem assim de leis que disciplinam as causas de exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário.



Prova: CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário – Contabilidade

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, ao criarem tributos, exercitam competências atribuídas pela CF.

*Certo

*Errado



Prova: FCC - 2013 - TJ-PE - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento

A competência tributária

a) é delegável por lei, como no caso do Imposto Territorial Rural - ITR, em que a União pode delegar a competência para os Municípios que assim optarem.

b) não pode deixar de ser exercida, razão pela qual, a União tem obrigação constitucional de instituir todos os impostos de sua competência.



- c) é renunciável nos casos expressamente autorizados pela Constituição Federal, como no caso do Imposto sobre Grandes Fortunas, que era de competência da União.
- d) é exclusiva em relação a todos os tributos, devendo cada ente se limitar a instituir os tributos expressamente previstos na Constituição Federal ou em lei.
- e) é indelegável em qualquer situação, não podendo o ente renunciá-la ou transferi-la a outro ainda que por lei.





Competência: Classificação

1. Quanto ao exercício

1.1. Exclusiva ou Privativa

1.2. Comum

1.3. Cumulativa

1.4. Residual

1.5. Extraordinária

1.6. Subsidiária



Competência: Classificação

2. Quanto ao titular da competência

2.1. Competência federal

2.2. Competência estadual e do DF

2.3. Competência municipal



Competência Exclusiva ou Privativa

- * **Impostos**

- * **Contribuições Especiais**

- * **Empréstimo Compulsório**



Competência Exclusiva ou Privativa

* Imposto

- a) Federal (CF/88, art. 153 e 154) : IR, ITR, IPI, II, IE, IOF, IGF, IEG, imposto residual
- b) Estadual e DF: ICMS, ITD, IPVA (CF/88, art. 155)
- c) Municipal: ISS, ITIV, IPTU (CF/88, art. 156)



Competência Exclusiva ou Privativa

*** Contribuições Especiais (CF/88, art. 149 e 149-A)**

a) Federal: regra geral

b) Estadual, DF, e Municipal: contribuições previdenciárias de RPPS

c) Municipal e DF: CIP ou COSIP

*** Empréstimo Compulsório (CF/88, art. 148)**



Competência Comum

*** Aquela que poderá ser exercida por quaisquer dos Entes da Federação**



Competência Comum

- * Taxa

- * Contribuição de Melhoria

- * Obs.: a definição da competência em cada caso se dá em função do fato gerador do tributo



Competência Cumulativa

*** Aquela que é exercida diante da inexistência daquele que seria o ente originariamente competente**



Competência Cumulativa

- * Distrito Federal, com relação aos tributos municipais no seu território**
- * União, com relação aos tributos estaduais nos Territórios Federais, e aos tributos municipais se o Território não for dividido em Municípios**



Competência Cumulativa

*** CF/88, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.**



Competência Residual

*** Autoriza a instituição do Imposto Residual**



Competência Residual

*** CF/88, Art. 154. A União poderá instituir:**

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;



Competência Extraordinária

*** Autoriza a instituição do Empréstimo Compulsório em caso de guerra ou calamidade, e do IEG (Imposto Extraordinário de Guerra)**



Competência Extraordinária

*** CF/88, Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:**

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;



Competência Extraordinária

*** CF/88, Art. 154. A União poderá instituir:**

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.



Competência Subsidiária

*** Aquela que seria exercida diante do não exercício daquele que a CF/88 define como ente competente**



Competência Subsidiária

*** Vedação legal ao seu exercício:**

CTN, art. 8º O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.





Competência: Classificação

2. Quanto ao titular da competência

2.1. Competência federal

2.2. Competência estadual e do DF

2.3. Competência municipal



Titular da Competência

* Taxas e Contribuições de Melhoria são de competência comum, logo poderão ser federais, estaduais, municipais e do DF



Titular da Competência

*** A definição em cada caso dependerá da análise do fato gerador da taxa ou da contribuição de melhoria:**

a) Taxa: serviço público

b) Contribuição de melhoria: obra pública



Titular da Competência

*** Empréstimo Compulsório é de competência apenas da União**

Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios...



Titular da Competência

*** A competência em matéria de Impostos e Contribuições Especiais é definida em cada caso pela Constituição Federal:**

a) Art. 149 e 149-A: Contribuições especiais (em regra, federais; excepcionalmente, estaduais, municipais e do DF)

b) Arts. 153 e 154: impostos federais

c) Art. 155: impostos estaduais

d) Art. 156: impostos municipais



Titular da Competência

*** CF/88, Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas...**

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário...

Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública...



Competência: Contribuições Especiais

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Renda	<ul style="list-style-type: none">i. CSLLii. Contribuição Previdenciária do trabalhador (INSS e RPPS)	<ul style="list-style-type: none">i. Contribuição Previdenciária do trabalhador (RPPS)	<ul style="list-style-type: none">i. Contribuição Previdenciária do trabalhador (RPPS)
Consumo	<ul style="list-style-type: none">i. Contribuição previdenciária patronal (INSS)ii. PISiii. COFINSiv. CIDE-combustíveis,v. Contribuição previdenciária patronalvi. Contribuições profissionais		



Competência: Impostos

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Renda	IR		
Propriedade	ITR	IPVA	IPTU
Consumo	IPI, IOF, II, IE,	ICMS	ISS (ISSQN)
Transmissão da propriedade		ITD (ITCMD)	ITIV (ITBI)
Extraordinários	IEG, IGF, Imposto Residual		



Prova: FCC - 2014 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

A competência legislativa em matéria tributária é

a) fixada por lei complementar federal, que atualmente é o Código Tributário Nacional.

b) administrativa, conferida somente aos entes da Administração Pública Direta Estatal e Paraestatal.

c) constitucional exclusiva para instituir impostos, empréstimo compulsório e contribuições de intervenção no domínio econômico, e comum em relação às taxas e contribuição de melhoria.



d) complementar em relação à instituição de taxas, contribuições e impostos, e privativa à instituição de empréstimos compulsórios e impostos residual e extraordinário.

e) é concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre normas gerais em matéria tributária, mediante lei complementar.



Prova: FGV - 2013 - OAB - Exame de Ordem Unificado - X - Primeira Fase

A União criou um novo imposto não previsto na CRFB mediante lei complementar sobre a propriedade de veículos de duas rodas não motorizados, que adota fato gerador e base de cálculo diferente dos demais discriminados na Constituição.

Nessa situação, a União terá feito uso de competência

- a) comum.
- b) residual.
- c) cumulativa.
- d) extraordinária.



Prova: CESPE - 2013 - IBAMA - Analista Ambiental - Tema 2

No que diz respeito à instituição de impostos, apenas a União dispõe da denominada competência tributária residual.

* Certo

*Errado



Prova: FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Sobre competência legislativa em matéria tributária, é correto afirmar:

- a) A União tem sempre competência exclusiva para instituir contribuição social para seguridade social de todos os serviços públicos dos entes da Federação.
- b) Os entes da Federação têm competência comum para instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.



- c) A competência para instituição de impostos vem discriminada na Constituição Federal para cada um dos entes da Federação.
- d) A competência para instituição de imposto residual é privativa da União, muito embora seja cabível delegação desta competência aos Estados-membros e Distrito Federal mediante lei complementar.
- e) A competência para instituição do ITR é de competência da União, mas a Constituição Federal admite expressamente a delegação desta competência aos Municípios, nos termos de lei complementar que regulamente as hipóteses e forma de delegação.



